

X

AS INTERPRETAÇÕES DA CRUCIFICAÇÃO DE JESUS, ONTEM E HOJE

Jonas Machado¹¹⁵

The interpretations of the crucifixion of Jesus, yesterday and today

Las interpretaciones de la crucifixión de Jesús, ayer y hoy

RUTLEDGE, Fleming. *A Crucificação. Entendo a morte de Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023, 715p.

Está disponibilizada em português, no Brasil, uma obra importante, e ainda recente (original em inglês de 2015), sobre um tema fundamental para a fé cristã – o significado da morte de Jesus Cristo na cruz.

As respostas prontas no âmbito popular sobre a razão por que Jesus morreu podem fazer parecer que, um livro que aborde esse assunto, é “chover no molhado”. Mas engana-se quem pensa ser tão fácil responder essa pergunta com a simples declaração de que ele “morreu pelos nossos pecados” ou declarações semelhantes.

Naturalmente, é certo que Jesus morreu porque incomodou suficientemente autoridades judaicas e romanas. Nesse sentido, Ele foi um mártir da justiça, o qual morreu como um protesto contra as maldades e desigualdades do mundo. Entretanto, o Novo Testamento insiste que é mais do que isso. Como disse Paulo, “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo” (2 Cor 5.19), ou ainda, as várias declarações de que ele morreu “por nós” ou “pelos nossos pecados”, e ainda outras palavras e expressões chave que

indicam a convicção dos primeiros cristãos que produziram o que chamamos de Novo Testamento de que a crucificação de Jesus foi muito mais do que a morte de um mártir.

Mas, o que significa exatamente esse “algo mais”? Por que foi necessário um sacrifício por meio do derramamento do sangue de Jesus de modo tão violento? Por que o bom Deus não simplesmente perdoa os pecadores arrependidos? O que a crucificação de Jesus tem a ver exatamente com todo aquele sistema de sacrifícios do Antigo Testamento? Por que tudo isto foi necessário? O Novo Testamento não traz uma explicação elaborada e explícita sobre a razão da morte de Jesus na cruz. Como disse o reconhecido especialista no assunto, Leon Morris, “o NT não propõe uma teoria da expiação”.¹¹⁶

Assim, são perguntas desse tipo que as mais de setecentas páginas da obra de Rutledge procuram tentar responder, amparadas por uma ampla bibliografia. Para isso, ela se valerá de exercícios exegéticos, mas também terá de construir elaborações teológicas. Em português, no Brasil, não surgiu trabalho tão substancial quanto esse desde a publicação de “A Cruz de Cristo”, de John Stott, publicado pela Editora Vida em 1991.

¹¹⁵ Jonas Machado, doutor em Ciências da Religião pela UESP, professor titular da FTBSP (1994-), Estudos Pós Doutoriais em História Antiga UNICAMP, e OXFORD, leciona Exegese e Hermenêutica, pesquisa História com ênfase no misticismo, escatologia e apocalíptica, é escritor e tradutor de comentários bíblicos e apócrifos. Pastor na Igreja Batista no Jardim Utinga, Santo André-SP. Jonas.machado@teologica.net

¹¹⁶ Essa afirmação, cujo negrito foi por nós acrescentado, está no item “Expição” em ELWELL, W. (ed.). *Enciclopédia Histórico Teológica da Igreja Cristã*. vol. II. São Paulo: Vida Nova, 1990, p.137. Curiosamente, o próprio livro de Levítico também acaba não apresentando uma explicação da razão dos sacrifícios. GORMAN, M. (ed.). *Scripture and Its Interpretation*. Grand Rapids: Baker Academic, 2017, p.55.

O livro está dividido em duas grandes partes. A primeira trata da cruz por si mesma, com um capítulo especial, que a autora chama de “capítulo de transição” – uma reconsideração atualizada a respeito da prevalecente teoria da satisfação de Anselmo da Cantuária, elaborada no século XI d.C. A segunda parte trata de diversos temas relativos à crucificação: Páscoa e Êxodo, sacrifício de sangue, resgate e redenção, a questão forense, a influente teoria acadêmica do Christus Victor, a descida ao inferno, a substituição, e uma tentativa de atualização da teoria antiga da recapitulação, de Irineu de Lyon.

Sua introdução é bastante longa, mas não chega a ser desproporcional em relação ao tamanho do livro. Nela, a autora quer deixar bem claro quais são seus propósitos na obra. Ao começar com a afirmação da singularidade irreligiosa da crucificação de Cristo, ela diz que seu propósito principal é “fortalecer o pressuposto do leitor de que a cruz de Jesus é um evento irrepetível, o qual questiona todas as religiões e estabelece um fundamento totalmente novo para a fé, a vida e o futuro da humanidade” (p.32).

Como ela diz, em contraste com a tendência de diversas obras estadunidenses de rejeitar a “expição substitutiva” e a “substituição penal”, sua pretensão é provocar um debate que encoraje “o retorno do assunto para o centro da proclamação cristã” (p.35). Portanto, a obra se insere em um contexto apologético, ou mesmo polêmico.

Rutledge emprega duas vezes o subtítulo “A NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO”, e reforça que o NT não explica com detalhes o motivo da morte de Jesus ter sido tão violenta. Esse silêncio, para a autora, também está refletido na falta de decisões conciliares da Igreja a respeito da cruz de Cristo. De acordo com ela, tudo, provavelmente, porque não há uma teoria específica em detrimento de outras, mas uma compreensão multifacetada (p.39). Esta constatação parece permear todo o seu livro, mas ocorrerão afunilamentos, como veremos.

Outro elemento que já vai ficando claro na introdução é que a autora sustenta que a cruz e seu significado é elemento central e único na fé cristã. Até mesmo a ressurreição, ou conceito de um messias ressuscitado, não é elemento estranho em concepções religiosas antigas, ao passo que um Messias-Rei crucificado é algo novo. Porém,

curiosamente, afirmando um pouco ao contrário do que é o mais comum, ela assevera que, de uma perspectiva pelo menos paulina (1 Coríntios 15), falar da cruz é pressupor a ressurreição como parte do mesmo evento (p.62).

Rutledge, portanto, está interessada em reafirmar os grandes temas bíblico-teológicos em torno da crucificação sem se afastar das confissões ortodoxas a respeito, e buscar pontos de equilíbrio dos vários aspectos teológicos e bíblicos envolvidos, com destaque especial para duas categorias principais: a expiação pelo pecado, e a vitória apocalíptica contra as hostes do mal englobada no tema do Christus Victor.

Na primeira parte, a autora trata da primazia da cruz, sua crueldade e a questão da justiça, para terminar essa parte com uma retomada e tentativa de atualização da teoria da satisfação, tradicionalmente atribuída a Anselmo da Cantuária, e largamente adotada em meios mais conservadores. A teoria, grosso modo, é que, ao invés de ter sido uma transação para enganar o diabo, como disseram diversos Pais da Igreja, a crucificação foi necessária para satisfazer a justiça de Deus, que exige um sacrifício perfeito para expiar os pecados.

Logo de início Rutledge destaca o óbvio: os quatro evangelhos dedicam um espaço desproporcional para o período que tradicionalmente é denominado de “A Paixão de Cristo”, isto é, da prisão de Jesus à sua ressurreição, cujo miolo central é o julgamento e a crucificação. Tal centralidade, entretanto, tem sido desafiada, como no caso do gnosticismo, diz a autora. Além disso, para ela a própria menção da cruz já é um testemunho de impiedade e crueldade, algo que os romanos nem gostavam de mencionar, o que explicaria a falta de ênfase no sofrimento intenso de Jesus. Ela se vale de diversas citações de Paulo e outros teólogos mais recentes para mostrar a degradação que representava a crucificação, cuja menção já resulta em imagem hedionda.

Não por acaso, logo em seguida, Rutledge trata da questão da justiça, capítulo que vem logo antes de sua tentativa de atualizar Anselmo, como já mencionado, pois para ele a questão da justiça é central para a teoria da satisfação por ele ensinada. O que ela pretende no capítulo está afirmado em seu resumo em itálico: em nosso mundo algo está terrivelmente errado e precisa ser corrigido (p.174),

uma ideia que aparece assim grifado algumas vezes nesse capítulo, e que será resumida em uma palavra preferida por ela: “retificação”, termo que, para ela, melhor traduz o grego *dikaíosúne*, normalmente traduzido por “justificação” (p.164ss, 197, 591, 604ss).

Começando pelo Antigo Testamento e se valendo especialmente do exemplo da Comissão para a Verdade e Reconciliação da África do Sul, com o reforço de vários teólogos que se debruçaram sobre o assunto, a autora afirma basicamente que não pode existir perdão sem justiça (ou sem satisfação, ou sem retificação). Cabe até mesmo uma vertente apocalíptica da justiça de Deus (sinônimo de “salvação de Deus” – Salmo 98.2 etc.) como revelação de uma retificação realizada por Deus não somente dos pecados, mas também de toda a criação, inaugurada na cruz e ressurreição de Jesus, mas ainda não consumada.

A teoria da satisfação de Anselmo carrega o incômodo do tempo. Como poderia ser verdadeira uma teoria elaborada no século XI, mais de mil anos depois de Cristo? Rutledge argumenta que ela teria sido antecipada por Ambrósio, Hilário de Poitiers e Vitorino, entre outros, além de textos bíblicos, como Isaías 53, Romanos 5.12-21 e outros (p.177 n.1). Os textos bíblicos, naturalmente, demandam interpretação. Mas, se a teoria realmente foi antecipada, a questão do tempo fica atenuada. Por isso, ao falar da enorme influência da teoria anselmiana, ela deixa uma importante nota de rodapé sobre a referida antecipação. Sua atualização é basicamente uma defesa corajosa das críticas contundentes em solo, principalmente estadunidense, contra essa teoria considerada por muitos grotesca e sanguinária. Em resumo, a autora gasta bastante tinta para enfatizar a gravidade da situação e a necessidade de retificação realizada por Deus, passando por teólogos, literaturas de destaque e sumários de livros bíblicos.

A segunda parte da obra trata de temas teológicos denominados de “modelos do Novo Testamento” (p.570), que giram em torno da crucificação, culminando com a substituição e uma revisão da antiga recapitulação de Irineu de Lyon – a mais antiga das teorias da crucificação. Todo esse trecho da obra é bem denso, com diversos diálogos teológicos com literatura influente, exercícios exegéticos de alguns textos chave e vocábulos de peso teológico. Os capítulos 5 a 8 tratam de temas

importantes e específicos, como o cordeiro pascal e sua relação com a crucificação, a ideia da redenção e a questão de para quem o preço do resgate foi pago, além do tema do juízo final. A autora mantém uma opinião geralmente tradicional sobre esses temas em contraste com as tendências, mas se distancia de algumas implicações, como, por exemplo, a comum teoria dos Pais da Igreja de que o resgate foi pago ao diabo. Ela se afasta dessa interpretação, mas também não aceita o “esvaziamento” do termo grego *lutron* para apenas “libertação”. O melhor, diz ela, é compreender que se trata da libertação a um preço (p.323).

O capítulo 9 é uma espécie de chave para a obra inteira. A autora acompanha as tendências acadêmicas de enfatizar o *Christus Victor*, que acredita chegará às igrejas, ao mesmo tempo que pretende uma harmonização com a teoria anselmiana já discutida. O ponto básico de harmonia é que, assim como na apocalíptica, há uma intervenção direta de Deus como aquele que salvará os Seus, assim também, na teoria da satisfação, somente Deus pode salvar o ser humano.

O capítulo sobre a descida de Jesus ao inferno, capítulo 10, é bem denso e procura discutir os vários aspectos exegéticos e teológicos envolvidos no assunto. A impressão que fica é que um aspecto por muitos considerado periférico acaba crescendo em importância teológica, pelo menos da perspectiva da crucificação. Parece que a autora pretende resgatar um tema que fez parte do credo apostólico, mas que em certos círculos ficou em segundo e terceiro planos. Uma das intenções principais do capítulo é mostrar o aspecto cosmológico da crucificação.

Os dois últimos capítulos tratam da tentativa de atualização de temas subjacentes, porém, importantes – a substituição e a recapitulação. A primeira está mais ligada a Anselmo e Calvino, e a segunda mais a Irineu de Lyon. A autora oferece uma discussão ampla e bem articulada, com diálogos significativos com as tendências recentes no mundo teológico sobre esses temas.

Um elemento que parece sobressair é que, em geral, e mais notoriamente na conclusão, ela procura defender uma posição mais ortodoxa no sentido clássico, em contraste com as tendências, especialmente estadunidenses, de suavizar ou

mesmo rejeitar ideias de sacrifício sangrento, ira de Deus, castigo eterno, e situações semelhantes. Mas, ao mesmo tempo que utiliza uma argumentação que vai numa direção mais coerente com posições conservadoras, ela se aproxima de temas polêmicos, com a ideia de uma salvação universal, fazendo referência principalmente a Karl Barth (p.643 n.67). Seu conceito de justiça como “retificação” deixa aberta a possibilidade de que tal retificação ou correção tenha uma conotação universal – a restauração de toda a criação, ou seja, uma salvação universal de todas as criaturas de Deus.

Enfim, há muitos aspectos que colocam A Crucificação. Entendo a morte de Jesus Cristo como um dos livros mais contundentes sobre o tema da crucificação em termos teológicos publicado mais recentemente. Está com essa obra o mérito de lidar com um tema tão central e tão intrincado historicamente, de um modo competente e erudito, por vezes empolgante, com uma linguagem clara e acessível. Também é mérito que trata dos vários subtemas envolvidos de um modo cuidadoso e competente, com poucas exceções.

Mas, não deixa de ser notório que a autora se aproxima bastante de temas como a substituição, a teoria anselmiana da satisfação, para a qual reserva um capítulo inteiro, e para o que tende em capítulos finais e conclusão, embora pareça sustentar inicialmente uma compreensão multifacetada, como já foi mencionado. Assim, de certa forma, ela se associa à tradicional teoria de que esse núcleo teológico é o miolo central do significado da crucificação, à semelhança, por exemplo, da tese de Stott (embora pouco citado por ela) de que a substituição é o centro gravitacional em torno do qual giraram as outras metáforas da crucificação – propiciação, redenção, justificação, reconciliação.

A autora utiliza apenas uma nota de rodapé de fonte secundária para sustentar algo tão importante para ela, isto é, que a teoria da satisfação de Anselmo, apresentada mais de mil anos depois de Cristo, seja realmente eco de Pais da Igreja mais antigos. Entretanto, os casos por ela parcamente citados estão longe de serem conclusivos. Para algo tão importante, faltou melhor fundamentação com apresentação de fontes primárias e argumentação. Tal teoria continua com esse “osso duro de roer” para os teólogos: como algo tão central só veio a

ser esclarecido tão tardiamente? Ou melhor, como algo tão tardio pode ser tão central para um tema que a autora pressupõe tão fundamental?

Talvez, teologicamente falando, deveríamos pensar que as várias metáforas em questão giram em torno da cruz, cada uma delas somando para iluminar a seu modo, sem que exista uma teoria central, mas apenas a cruz no centro com alguns cantos escuros, misteriosos, que acabam sempre estimulando a busca cada vez maior de compreensão, mas, ao mesmo tempo, uma busca que nunca cessa. De fato, esse parece até ser o caminho no início do livro, quando a autora fala de uma compreensão multifacetada das diversas teorias, mas depois ela afunila para elementos como a teoria da satisfação de Anselmo.

Outra questão é que a autora pressupõe uma harmonização teológica canônica. Entretanto, o que temos nos evangelhos é de natureza essencialmente narrativa, que não oferece harmonização teórica. Mesmo as argumentações de Paulo em suas cartas são de natureza contingente. Ainda que mais elaboradas, não oferecem harmonização teológica. Ainda que a tentativa de referida harmonização seja legítima, ela não pode desconsiderar esses fatos.

Conta também o fato de que é preciso considerar a distância entre o evento histórico da crucificação de Jesus e as reflexões religiosas num segundo momento oriundas dos primeiros discípulos, testemunhas da ressurreição de Jesus representadas no Novo Testamento, além de outras obras não canônicas. Logo na primeira página da sua Introdução, a autora reconhece que a crucificação em si foi ato irreligioso, mas não se presta a discutir a distância entre tal evento e a interpretação teológica dos discípulos.

Por fim, a obra tem muito para recomendá-la, especialmente do ponto de vista de oferecer um panorama das interpretações teológicas da crucificação de Jesus desde o início e até hoje, mas acabou ficando limitada apenas às discussões dogmático-teológicas, posteriores ao evento da crucificação. Além disso, mesmo nas questões teológicas, a autora ofereceu certas provocações com temas teológicos “polêmicos”, mas não se prestou a maiores desenvolvimentos, como no caso do seu flerte com o universalismo barthiano.